



SEPESQ

Seminário de Extensão e Pesquisa

ANAIS

I SEMINÁRIO DE EXTENSÃO E PESQUISA

III SEMANA ACADÊMICA – FAESO



**3ª Semana Acadêmica da Faculdade
Estácio de Sá de Ourinhos**

SUMÁRIO

TÍTULOS – SAÚDE

PÁGINA INICIAL

EFEITO AGUDO DA LIBERAÇÃO MIOFASCIAL NO DESEMPENHO MOTOR DE HOMENS PRATICANTES DE TREINAMENTO COM PESOS	2
QUALIDADE DE VIDA E NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA EM CRIANÇAS PRATICANTES DE DIFERENTES MODALIDADES ESPORTIVAS	4
APTIDÃO FÍSICA E ESTRESSE ENTRE CRIANÇAS PARTICIPANTES E NÃO PARTICIPANTES DE PROJETOS ESPORTIVOS	6
REABILITAÇÃO VESTIBULAR NA SINTOMATOLOGIA DE TONTURA E QUALIDADE DE VIDA EM HOMENS E MULHERES	8
REABILITAÇÃO VESTIBULAR NA SINTOMATOLOGIA DE TONTURA E EQUILÍBRIO EM GRUPOS DE HOMENS E MULHERES	10
REABILITAÇÃO VESTIBULAR NA SINTOMATOLOGIA DE TONTURA E MARCHA EM GRUPOS DE IDOSOS	13
ESPIRITUALIDADE E PERCEPÇÃO DA CAPACIDADE PARA O TRABALHO EM FUNCIONÁRIOS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	16
INFLUÊNCIA DA FISIOTERAPIA LABORAL SOBRE ESTRESSE NO TRABALHO, SINTOMAS OSTEOMUSCULARES E SONOLÊNCIA EM FUNCIONÁRIOS DE UMA UBS DE OURINHOS/SP	18
PREVALÊNCIA DE ANORGASMIA EM JOVENS UNIVERSITÁRIAS	21
CIÊNCIAS HUMANAS E EDUCAÇÃO	
PERCEPÇÃO DE PROFESSORES ESPECIALISTAS DO AEE SOBRE AS AULAS REMOTAS PARA ALUNOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	24
POPULAÇÃO IDOSA NO BRASIL: OS DIREITOS AO CONVÍVIO FAMILIAR E À MOBILIDADE NOS ESPAÇOS URBANOS	26
OS NOVOS MODELOS LEGAIS INSERIDOS NA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS FAMILIARES COMO FERRAMENTA DE AMPLO ACESSO À JUSTIÇA	28

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO PÓS-PANDEMIA 30

AS PRÁTICAS DE ENSINO HÍBRIDO NO CURSO DE DIREITO NO PERÍODO PÓS-PANDEMIA 32

ENGENHARIA

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DE PILARES DE CONCRETO ARMADO COM FUROS E ESPAÇOS VAZIOS SUBMETIDOS A COMPRESSÃO ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DE PILARES DE CONCRETO ARMADO COM FUROS E ESPAÇOS VAZIOS SUBMETIDOS A COMPRESSÃO 35

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DE PILARES DE CONCRETO ARMADO COM FUROS E ESPAÇOS VAZIOS SUBMETIDOS A COMPRESSÃO ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DE PILARES DE CONCRETO ARMADO COM FUROS E ESPAÇOS VAZIOS SUBMETIDOS A COMPRESSÃO 37



SEPESQ

Seminário de Extensão e Pesquisa



**3ª Semana Acadêmica da Faculdade
Estácio de Sá de Ourinhos**

SAÚDE

EFEITO AGUDO DA LIBERAÇÃO MIOFASCIAL NO DESEMPENHO MOTOR DE HOMENS PRATICANTES DE TREINAMENTO COM PESOS

Murilo Henrique Ribeiro¹

Débora Alves Guariglia²

Tema geral e problema de pesquisa

No cenário esportivo, é comum observar a utilização de muitas estratégias que têm como princípio a melhoria do desempenho e a redução de lesões, são elas: aquecimentos (BISHOP et al. 2003), alongamentos (CRAMER et al. 2005), terapias manuais e a liberação miofascial (LMF) (BARNES, 1997), cada uma delas tem suas particularidades, benefícios e limitações. No entanto, a LMF tem se destacado na atualidade por sua ampla adesão em diferentes modalidades. A simplicidade e portabilidade das ferramentas para realizar a LFM permitem que elas sejam facilmente implementadas em qualquer tipo de programa de condicionamento físico ou reabilitação (BUTTAGAT et al. 2011). A evidência anedótica mostra uma grande promessa da LMF como tratamento para várias condições musculoesqueléticas (AJIMSHA et al. 2015). O principal objetivo da técnica é restaurar a extensibilidade do tecido muscular ao tecido conjuntivo que sofreu alterações em suas propriedades mecânicas, como perda de flexibilidade e viscosidade das fâscias musculares (BARNES, 1997). No entanto, essa técnica ainda é pouco estudada sobre seus efeitos no desempenho de força e resistência muscular.

Objetivo

Investigar o efeito imediato da LMF no desempenho motor de indivíduos que realizam treino de força muscular.

Metodologia

A amostra foi composta por 10 indivíduos do sexo masculino com idade entre 18 e 39 anos, praticantes de TP, selecionados por conveniência na Academia SMART SHAP e Academia da Unidade Estácio de Sá. As coletas foram realizadas no período de agosto a novembro de 2019. Os critérios de elegibilidade foram: (1) praticar treinamento com peso com mais de 1 ano; (2) Ter se alimentado adequadamente no dia da avaliação e dos testes. Critérios de exclusão: (1) Ter treinado peito no anterior e no dia da avaliação e testes, (2) Uso de medicamentos ou recursos ergogênicos que altere a força muscular. Todos os indivíduos após serem informados sobre os procedimentos do estudo e concordarem em participar, assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, aprovado pelo comitê de ética e pesquisa de seres humanos (nº do parecer: 3.381.390 – CAAE: 14278219.7.0000.5496).

Posteriormente a avaliação foi iniciado a familiarização e coleta de dados. A coleta foi realizada em 5 dias, em duas etapas: a familiarização dos testes de 1RM (3 sessões) e os testes finais (2 sessões). A primeira etapa consistiu na familiarização dos testes: realizada nos 3 primeiros dias com a familiarização dos testes para os voluntários, e também determinação do 1RM no exercício de supino reto.

Após a familiarização iniciou-se a segunda etapa, foi realizado um sorteio das ordens de intervenção onde os voluntários randomizados foram submetidos à intervenção com LMF ou sem LMF. A condição com LMF foi realizada liberação por 5 minutos com o uso do rolo terapêutico bilateralmente nos músculos: peitoral maior e deltoide anterior. A técnica de liberação miofascial utilizada foi a manual com rolo terapêutico. A rolagem de espuma, um tipo de liberação miofascial, exige que a pessoa use uma espuma densa cilindro para rolar para frente e para trás sobre o músculo e a fâscia.

Em todos os indivíduos foi testada a resistência muscular com 75% de 1RM com e sem LMF prévia. O teste de resistência consiste na realização do máximo de repetições em 4 séries com um intervalo de 5 min entre elas. Os testes nas duas condições experimentais eram realizados com um intervalo de no mínimo 48h.

Resultados

Como resultados observamos uma redução ao longo das séries e desempenho no teste de fadiga em ambos os grupos. Porém, o grupo liberação miofascial apresentou valores superiores do que o controle em todas as séries. Para os resultados dos testes serem fidedignos em relação ao desempenho motor dos indivíduos, se faz crucial a

realização do teste de familiarização e, por conseguinte o teste de fadiga, pois, para obter um valor real, um teste confiável e bem feito deve-se padronizar desta forma

Conclusões

Concluimos que a liberação miofascial antes do exercício de força auxilia na potencialização do exercício, com um retardo na fadiga muscular nos indivíduos jovens, ganhando assim, resistência muscular e diminuição da fadiga muscular no treino. Como também ressaltamos a importância da padronização com a realização do teste de familiarização antes do teste de fadiga para valores fidedignos em relação ao desempenho motor.

Palavras-chave: Liberação miofascial; força muscular, resistência muscular.

Referências

1. AJIMSHA MS, MUDAHKA NR, MADZHAR JA. Effectiveness of myofascial release: systematic review of randomized controlled trials. *J Bodyw Mov Ther.* v.9 n.(1) p.102-12, 2015.
2. BARNES, M. The basic science of myofascial release: morphologic change in connective tissue. *Journal of Bodywork and Movement Therapies.* v.1, n.(4), p.231-238, 1997.
3. BUTTAGAT, V., EUNGPINICHPONG, W., CHATCHAWAN, U., KHARMWAN, S. THE immediate effects of traditional Thai massage on heart rate variability and stress-related parameters in patients with back pain associated with myofascial trigger points. *Journal of Bodywork and Movement Therapies.* v.15, n.(1), p.15-23, 2011.
4. BISHOP D. Warm up I: potential mechanisms and the effects of passive warm up on exercise performance. *Sports Med.* v.33, n.(6), p.439-54, 2003.
5. CRAMER JT, HOUSH TJ, JOHNSON GO, COBURN JW, BECK TH. The acute effects of static stretching on peak torque, mean power output, electromyography, and mechanomyography. *Eur J Appl Physiol.* v.93, n.(5-6), p.530-9, 2005.

¹Discente do curso de Educação Física da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos - muriloribeirooficial@gmail.com

²Docente do curso de Educação Física da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos - debora.guariglia@estacio.br

QUALIDADE DE VIDA E NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA EM CRIANÇAS PRATICANTES DE DIFERENTES MODALIDADES ESPORTIVAS

Felipe Mendes de Almeida¹

Mara Laiz Damasceno Antunes²

Tema geral e problema de pesquisa

Muito se tem questionado sobre a promoção da saúde, principalmente entre escolares (JACOB et al., 2019; SILVA et al., 2019), haja vista, que uma boa condição de saúde é primordial aos indicadores de qualidade de vida (QV) de um país (PEREIRA; TEIXEIRA; SANTOS, 2012). Neste sentido, a prática de atividade física (AF) exerce papel determinante à saúde e à QV, principalmente quando associada a sentimentos e percepções positivas de crianças (MURER, 2018; REIS, 2019). Realizar AF em intensidade leve mesmo que durante brincadeiras, promove alterações significativas na composição corporal, já o efeito crônico da prática desde a infância traz a diminuição da ocorrência de dislipidemia, grandes chances dos hábitos conquistados neste período permanecerem até a idade adulta (FERNANDES; SPONTON; ZANESCO, 2009; VINER et al., 2015). A partir desses pressupostos, profissionais de Educação Física devem conscientizar crianças e adolescentes da importância de praticar AF regularmente e evitar as consequências do sedentarismo para que desfrutem de uma boa QV (LONGO et al., 2017; FUHRMANN; PANDA, 2015).

Objetivo

Verificar a associação entre QV e nível de AF em crianças praticantes de diferentes modalidades esportivas.

Metodologia

A amostra foi composta por 92 crianças de 8 a 12 anos (70 meninos e 22 meninas) que praticavam diferentes modalidades esportivas em horário extraescolar, sendo 66,3% praticantes esportes coletivos e 33,7% de esportes individuais, com 81,5% das crianças apresentando entre 6 e 12 meses de experiência. As crianças foram recrutadas em uma escola estadual (n=45), um projeto de futebol (n=32) e um projeto de capoeira(n=15) de Ourinhos-SP e região. A AF foi verificada através do questionário Dia Típico de Atividade Física e Alimentação versão impressa (BARROS et al., 2007) e a versão traduzida do WHOQOL-Children (PINTO, 2018) para QV. A pesquisa foi autorizada pelos responsáveis das instituições e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (nº 3.233.315 - CAAE: 07741818.8.0000.5502). Os envolvidos que concordaram em participar voluntariamente, entregaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelos pais ou responsáveis.

Resultados

A QV se mostrou associada ao nível de AF, visto que, entre as crianças que apontaram ter uma QV ruim (n=41), 43,9% demonstraram ser menos ativas, enquanto a proporção de crianças moderadamente ativas foi de 50% entre aquelas que se autoavaliaram com QV razoável (n=30) e 61,9% mais ativas e com boa QV (n=21).

Conclusões

A QV esteve associada ao nível de AF de crianças praticantes de modalidades esportivas, mas não ao gênero ou tempo de prática, assim como o nível de AF não se mostrou diferente entre crianças que praticavam esportes coletivos ou individuais. Tais achados permitem concluir que o envolvimento em práticas esportivas é relevante a percepção positiva da QV, bem como, por colaborar com níveis mais altos de AF. Porém, para estudos futuros sugere-se levar em consideração as características da prática esportiva e lembrar-se que demais fatores, como o nível socioeconômico, por exemplo, interferem na percepção da QV, inclusive entre crianças.

Palavras-chave: Qualidade de vida; atividade física; esportes; crianças.

Referências

BARROS, M. V. G. et al. Validity of physical activity and food consumption questionnaire for children aged seven to ten years old. **Rev Bras Saude Matern Infant**, v. 7, n. 4, p. 437-48, 2007.

FERNANDES, R. A.; SPONTON, C. H. G.; ZANESCO, A. Atividade física na infância e adolescência promove efeitos benéficos na saúde de adultos. **Rev SOCERJ**, v. 22, n. 6, p. 365-72, 2009.

FUHRMANN, M.; PANDA, M. D. J. Aptidão física relacionada à saúde e ao desempenho esportivo de escolares do Pibid/ Unicruz/Educação Física. **Revista Biomotriz**, v.9, n. 01, p.81-99, 2015.

JACOB, L. M. S. et al. Ações educativas para promoção da saúde na escola: revisão integrativa. **Saúde e Pesquisa**, v. 12, n. 2, p. 419-427, 2019.

LONGO, R. A. et al. A permanência de crianças e jovens nos esportes: olhares para iniciação e especialização esportiva. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 15, n. 2, p. 121–132, 2017.

MURER, E. **Aplicação da escala de qualidade de vida em crianças de 07 a 12 anos praticantes de atividade física em academia e suas relações com a aptidão física**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, SP, 2008. 97f. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/275187>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

PEREIRA, É. F.; TEIXEIRA, C. S.; SANTOS, A. Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação. **Rev. Bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 241-250, 2012.

PINTO, G. M. C. **Propriedades psicométricas do instrumento WHOQOL-CHILDREN para avaliação da qualidade de vida em crianças**. (Dissertação) Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. 2018. 120f.

REIS, G. C. **Avaliação do nível de atividade física e a percepção da qualidade de vida dos escolares do ensino fundamental**. Monografia (Graduação) - Curso de Educação física, UFT, Miracema, 2019, 49 f.

SILVA, M. R. I. da et al. Processo de Acreditação das Escolas Promotoras de Saúde em âmbito mundial: revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**, v. 24, n. 2, p. 475-486, 2019.

VINER, R. M. et al. Life course epidemiology: recognising the importance of adolescence. **J Epidemiol Community Health**, v. 69, p. 719-720, 2015.

¹ Docente do Curso de Educação Física da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos-SP. tmunizmachado@gmail.com

² Docente do do Curso de Educação Física da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos-SP. mara.damasceno@estacio.br

APTIDÃO FÍSICA E ESTRESSE ENTRE CRIANÇAS PARTICIPANTES E NÃO PARTICIPANTES DE PROJETOS ESPORTIVOS

Tiago Muniz Machado¹

Mara Laiz Damasceno Antunes²

Tema geral e problema de pesquisa

Bons níveis de aptidão física (ApF) podem resultar maior envolvimento em atividades cíclicas ou intermitentes, como brincadeiras, jogos recreativos e esportes coletivos, pois, além de favorecer a aquisição de novas habilidades motoras, é potencialmente capaz de influenciar as relações afetivas, sociais e comportamentais em crianças em idade escolar (GALLAHUE; DONELLY, 2008). Entretanto, a sociedade está em constante mudança de hábitos, principalmente com o advento das novas tecnologias direcionadas às crianças e adolescentes, que trazem mais comodidade, segurança, diferentes interações sociais e de forma negativa o sedentarismo, o aumento dos casos de obesidade e outras comorbidades (PAIVA; COSTA, 2015). Em contrapartida, a prática regular de atividade física (AF) pode reduzir os níveis de estresse (STULTS-KOLEHMAINEN, 2013). A ocorrência de estresse alto pode chegar a aproximadamente 50% adultos jovens e crianças, sendo mais prevalente no sexo feminino (LAMEU; SALAZAR; SOUZA, 2015). O preocupante diante deste cenário, é que cada vez mais crianças e adolescentes estão sendo acometidos pelo estresse, assim a AF é benéfica ao combate do estresse infantil, pois auxilia nas interações sociais, bem-estar, controle do peso, funcionamento cardiorrespiratório, consciência corporal, auxilia no combate da depressão e ansiedade, além do aumento da produção de hormônios como a serotonina (NAVARRO et al., 2018).

Objetivo

Comparar os níveis de ApF e estresse entre crianças participantes e não participantes de projetos de iniciação em esportes e verificar a relação entre as variáveis.

Metodologia

A amostra foi composta por 151 crianças, 94 meninos e 57 meninas com idades entre 8 e 11 anos, sendo 68 (45%) participantes de algum projeto esportivo (56 meninos e 12 meninas). As crianças foram recrutadas em uma escola estadual e uma associação esportiva do município de Ourinhos-SP. Para a verificação da ApF foi aplicada a bateria de teste do Proesp-BR (GAYA; GAYA, 2016) e para os sintomas de estresse e tipos de reação de tais sintomas, a Escala de Stress Infantil (ESI) (LIPP; LUCARELLI, 2008). A realização da pesquisa foi autorizada pelos responsáveis das instituições e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (nº 3.233.315 - CAAE: 07741818.8.0000.5502) garantindo o sigilo de dados pessoais e confidenciais e não submetendo os participantes a nenhum grau de risco. Todos os envolvidos que concordaram em participar voluntariamente do estudo, entregaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelos pais ou responsáveis.

Resultados

Os meninos apresentaram desempenho estatisticamente melhor nos componentes da ApF relacionada ao desempenho esportivo. Já as meninas se sobressaíram no teste de flexibilidade. Os praticantes de esportes apresentaram melhores desempenhos na agilidade e velocidade quando comparados àqueles que só realizavam aulas de EF. A proporção de crianças com sinais de estresse foi de 11,9% (n=18) e entre aquelas que não participavam de projetos esportivos foi detectado porcentagens superiores de crianças nas fases de alerta, resistência e quase exaustão. Por meio dos testes de correlação foi identificado entre crianças praticantes de esportes que quanto maior o IMC e menor a resistência abdominal, maior foi pontuação na escala de estresse. Piores desempenhos no teste de velocidade e resistência aeróbica estiveram relacionados à maiores pontuações na escala de estresse. Além disso, constatou-se que quanto melhor o desempenho da velocidade e resistência cardiorrespiratória menores foram as pontuações nas dimensões da escala de estresse.

Conclusões

Tais resultados reforçam os aspectos positivos da prática de esportes durante a infância e a relevância de incluir a promoção de atividade física dentro e fora do ambiente escolar, não apenas para estimular a adoção de hábitos que perdurem durante as demais fases da vida, mas principalmente, no que diz respeito a sua importância para o desenvolvimento da saúde emocional.

Palavras-chave: Aptidão física; estresse; projetos esportivos; crianças.

Referências

GALLAHUE, D. L.; DONNELLY, F. C. **Educação Física desenvolvimentista para todas as crianças**. São Paulo: Phorte, 2008.

GAYA, A.; GAYA, A. R. **Projeto Esporte Brasil: manual de testes e avaliações**. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

LAMEU, J. DO N.; SALAZAR, T. L.; SOUZA, W. F. DE. Prevalence of stress symptoms among students of a public university. **Revista Psicologia da Educação**, n. 42, p. 13–22, 2015.

LIPP, M. E. N.; LUCARELLI, M. D. M. **Escala de Estresse Infantil (ESI): Manual**. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2008.

NAVARRO, G. et al. Hábitos parafuncionais e sua associação com o nível de atividade física em adolescentes. **Br J Pain**. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 46-50, 2018.

PAIVA, N. M. N.; COSTA, J. S.; A influência da tecnologia na infância: Desenvolvimento ou ameaça? **Revista Psicologia.pt**, 2015.

STULTS-KOLEHMAINEN, M. A. The interplay between stress and physical activity in the prevention and treatment of cardiovascular disease. **Frontiers in Physiology**, v. 4, p. 1-4, 2013.

¹ Docente do Curso de Educação Física da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos-SP. tmunizmachado@gmail.com

² Docente do do Curso de Educação Física da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos-SP. mara.damasceno@estacio.br

REABILITAÇÃO VESTIBULAR NA SINTOMATOLOGIA DE TONTURA E QUALIDADE DE VIDA EM HOMENS E MULHERES

Amanda Mila Alves de Mira¹

Marcelo Grandini Spiller²

A sociedade atual é voltada para o jovem, cuja juventude é admirada e sinônimo de valor, mérito e promessa. Por isso, a idade de muitos é escondida e o rejuvenescimento é o sonho de todos. Nessa sociedade altamente competitiva, os idosos têm de lutar para sobreviver, apesar de seus declínios físicos e mentais, resultantes do envelhecimento. O prolongamento da expectativa de vida leva a uma mudança nos padrões epidemiológicos da população, marcada pela diminuição da mortalidade e das taxas de natalidade, determinando novas necessidades de atenção à saúde.

Sabe-se que o envelhecimento compromete a agilidade, o sistema nervoso central, por causa da degeneração e perda progressiva de células nervosas no sistema vestibular periférico e central, processo responsável pela ocorrência de vertigem (sensação de rotação corporal ou do ambiente), tontura (desequilíbrio sem sensação rotatória), diminuindo também a vitalidade favorecendo o aparecimento de doenças, sendo as mais prevalentes as alterações de origem vestibular, sensoriais, disfunções cerebrovasculares, cardiovasculares, doenças metabólicas, alterações cervicais, neurológicas (nas doenças degenerativas as síndromes demenciais são as mais evidentes), doenças ósseas, e outras.

Entre os sintomas a tontura constitui o segundo sinal de maior prevalência, perdendo em frequência para a cefaleia a partir dos 65 anos. Em indivíduos com mais de 75 anos a tontura é o sintoma de maior prevalência, na ordem de 80%, as desordens do equilíbrio comprometem atividades sociais, familiares e profissionais prejudicando a qualidade de vida (QV). Uma das opções atualmente bastante utilizada para o tratamento do paciente vertiginoso é a Reabilitação Vestibular (RV), sendo um recurso terapêutico pela sua proposta de atuação baseada em mecanismos centrais de neuroplasticidade conhecidos como adaptação, habituação e substituição para obtenção da compensação vestibular. Os exercícios de RV visam melhorar a interação vestibulovisual durante a movimentação cefálica, ampliar a estabilidade postural estática e dinâmica nas condições que produzem informações sensoriais conflitantes e diminuir a sensibilidade individual à movimentação cefálica. Neste sentido, o presente estudo teve como objetivo realizar uma revisão de literatura acerca da atuação fisioterapêutica nas principais intervenções da RV. Para tanto, foi realizado levantamento bibliográfico no período de 2000 a 2020 nas bases de dados BVS Saúde, PubMed e Science Direct. Foram utilizadas as palavras-chaves “reabilitação vestibular”, “tontura” e “qualidade de vida”, o que resultou na identificação de 507 trabalhos. Destes, 498 foram excluídos devido à duplicidade ou porque relatavam apenas a reabilitação vestibular de forma generalista. Desta forma, foram selecionados 9 artigos que contemplaram a RV na sintomatologia de tontura e qualidade de vida em homens e mulheres. Todos os escores diminuíram após a RV, os resultados de literatura do período apresentam resultados positivos para as intervenções fisioterapêuticas. A bibliografia publicada relata melhoras na tontura, controle postural e QV dos usuários e praticantes de protocolos de RV, observou-se ainda uma boa correlação entre sintomatologia de tontura e QV. Contudo, a literatura que trata da RV é escassa quando se filtra seus sintomas, protocolos de tratamento, instrumentos de avaliação e tempo necessário para evitar a recorrência da sintomatologia. Sugere-se a realização de novos estudos a fim de esclarecer dúvidas relativas ao prognóstico frente à RV.

Palavras-chave: Reabilitação Vestibular; Tontura; Qualidade de vida.

Referências:

CASTRO, A.S.; GAZZOLA, J.M.; NATOUR, J.; GANANCA, F.F. **Versão Brasileira do Dizziness Handicap Inventory**. Prófono, v.19, n.1, p. 97-104, 2007.

CAWTHORNE, Terence E. The physiological basis of head exercises. **The Journal of The Chartered Society of Physiotherapy**, n. 29, p. 106-107, 1944.

GANANÇA F.F; GANANÇA C. F. Reabilitação vestibular: princípios e técnicas. In: GANANÇA M.M. et al. **Estratégias terapêuticas em otoneurologia**. São Paulo: Atheneu; 2001.

GANANÇA, M. M.; CAOVILO, H. H. Como lidar com as tonturas e sintomas associados. In: GANANÇA, M. M.; MUNHOZ, M. S. L.; CAOVILO, H. H.; SILVA, M. L. G. **Estratégias terapêuticas em otoneurologia**. São Paulo: Atheneu, 2000.

GANANÇA, M. M.; CAOVILO, H. H. Desequilíbrio e reequilíbrio. In: GANANÇA, M. M. **Vertigem tem cura?** São Paulo: Lemos, 1998.

GUCCIONE, Andrew A. **Fisioterapia geriátrica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

HERDMAN, S.J.; WHITNEY, S. L. Avaliação fisioterapêutica da hipofunção vestibular. In: **Reabilitação vestibular**. 2. ed. Barueri, São Paulo: Manole, 2002.

MANTELO, Érika Barioni . Efeito da reabilitação vestibular sobre a qualidade de vida de idosos portadores de labirintopatias de origem vascular e metabólica. Ribeirão Preto, 2006.

YIN, Robert K. Estudo de Caso-: **Planejamento e Métodos**. Bookman editora, 2015.

MOROZETTI, Pâmela Garcia; GANANCA, Cristina Freitas; CHIARI, Brasília Maria. Comparação de diferentes protocolos de reabilitação vestibular em pacientes com disfunções vestibulares periféricas. **J. Soc. Bras. Fonoaudiol.** São Paulo , v. 23, n. 1, p. 44-50, mar. 2011.

LOPES, Aline Lamas et al . Evidências científicas da reabilitação vestibular na atenção primária à saúde: uma revisão sistemática. **Audiol. Commun. Res.** São Paulo , v. 23, e2032, 2018 .

BITTAR, Roseli Saraiva Moreira et al . Análise crítica dos resultados da reabilitação vestibular em relação à etiologia da tontura. **Rev. Bras. Otorrinolaringol.**, São Paulo , v. 73, n. 6, p. 760-764, Dec. 2007 .

PATATAS, Olívia Helena Gomes; GANANCA, Cristina Freitas; GANANCA, Fernando Freitas. Qualidade de vida de indivíduos submetidos à reabilitação vestibular. **Braz. j. otorhinolaryngol.** São Paulo , v. 75, n. 3, p. 387-394, June 2009 .

ROCHA JUNIOR, Paulo Roberto et al . Reabilitação vestibular na qualidade de vida e sintomatologia de tontura de idosos. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 8, p. 3365-3374, Aug. 2014 .

PERES, Magali; SILVEIRA, Elaine da. Efeito da reabilitação vestibular em idosos: quanto ao equilíbrio, qualidade de vida e percepção. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 6, p. 2805-2814, Sept. 2010 .

ZEIGELBOIM, Bianca Simone et al . Reabilitação vestibular no tratamento da tontura e do zumbido. **Rev. soc. bras. fonoaudiol.** São Paulo , v. 13, n. 3, p. 226-232, 2008 .

MANTELO, Erika Barioni et al . Efeito da reabilitação vestibular sobre a qualidade de vida de idosos labirintopatas. **Rev. Bras. Otorrinolaringol.** São Paulo , v. 74, n. 2, p. 172-180, Apr. 2008 .

¹Discente do curso de Fisioterapia da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos – amanda.miira@hotmail.com

²Docente do curso de Fisioterapia da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos – marcelo.spiller@estacio.br

REABILITAÇÃO VESTIBULAR NA SINTOMATOLOGIA DE TONTURA E EQUILÍBRIO EM GRUPOS DE HOMENS E MULHERES

Alessandra Lopes¹

Marcelo Grandini Spiller²

O envelhecimento fisiológico acontece de maneira natural e gradativa, passando por diversas fases até a chegada da terceira idade. Dentro desse período, acontece uma série de mudanças fisiológicas atribuídas ao envelhecimento. No Brasil, a grande maioria dos idosos apresentam pelo menos uma enfermidade crônica e alguma doença acompanhada. O envelhecimento está correlacionado com a disfunção vestibular, esta apresenta vários sintomas ligados ao conjunto otoneurológico, como por exemplo, tontura, déficit de equilíbrio, entre outros. A principal característica da tontura é a sensação de desequilíbrio do indivíduo, ou com a desorientação espacial. A maioria das pessoas que possuem sintomas de tontura se limitam em suas atividades de vida diária, para que de certa maneira se protejam, de possíveis situações que desencadeiam consequências ruins em sua qualidade de vida. O equilíbrio corporal depende de um conjunto de sistemas para um perfeito funcionamento e controle das funções de um indivíduo em realizar suas tarefas funcionais. Os sistemas responsáveis pelo equilíbrio são: sistema visual, somatossensorial e o vestibular, que em suas normalidades exercem a função de garantir a manutenção do centro de gravidade corpórea, sendo assim, qualquer alteração pode desencadear disfunções vestibulares. Um dos tratamentos terapêuticos para as disfunções no aparelho vestibular atualmente utilizado é a Reabilitação Vestibular (RV), que são baseados normalmente em protocolos de exercícios vestibulares. O objetivo desses exercícios são: estabilizar a visão durante a movimentação e melhorar o equilíbrio do indivíduo parado e em movimento. Dos exercícios utilizados para tratamentos, os que se sobressaem e são mais utilizados, foram criados na década de 40 por Cawthorne e Cooksey. Sendo assim, o estudo teve como principal objetivo realizar uma revisão de literatura sobre a atuação fisioterapêutica nas principais intervenções da RV. Para tal, foi realizado levantamento bibliográfico no período de 2007 a 2020 nas bases de dados Scielo, PubMed e Science Direct. Foram utilizadas as palavras-chaves “reabilitação vestibular”, “tontura” e “equilíbrio”, o que resultou na identificação de 44 trabalhos. Destes, 34 foram excluídos pois relatavam apenas a reabilitação vestibular de um modo geral e/ou não especificavam os déficits no equilíbrio ocasionados por tonturas com a possível relação ao sistema vestibular e suas desordens. Desta forma, foram selecionados 10 artigos que contemplavam a RV na sintomatologia de tontura e equilíbrio em homens e mulheres. Pode-se concluir deste estudo que a reabilitação vestibular tem contribuído positivamente na melhora da tontura, equilíbrio e na prevenção contra as quedas através dos exercícios de Cawthorne e Cooksey, adaptados em conjunto com os outros protocolos descritos que foram aplicados nas disfunções vestibulares. Do exposto, é necessário salientar que ainda existem poucos estudos que abrangem a RV e seus sintomas, deixando assim sugestões de novos estudos, incluindo as variáveis de maneiras individualizadas necessitam ser realizadas para que se aperfeiçoe cada vez mais.

Palavras-chave: Reabilitação Vestibular; Tontura; Equilíbrio.

Referências

BERG K.; WOOD-DAUPHINÉE S.; WILLIAMS J.I.; GAYTON D. Measuring balance in the elderly: preliminary development of an instrument. **Physiotherapy Canada**, Toronto, v.41, n.6, p.304-311, 1989.

BERG, K.; NORMAN, KE. Functional assessment of balance and gait. In: Studenski S (ed.). Clinics in Geriatric Medicine: Gait and Balance Disorders. Philadelphia: WB Saunders Company, 1996, p.705-24.

BITTAR, Roseli Saraiva Moreira et al . Repercussão das medidas de correção das comorbidades no resultado da reabilitação vestibular de idosos. **Rev. Bras. Otorrinolaringol.**, São Paulo, v. 73, n. 3, p. 295-298, June 2007 .

CAWTHORNE, T. The physiological basis of head exercises. **J. Chart. Soc. Physiother.**, v. 30, p.106-107, 1944.

CARVALHO, Filho ET. Fisiologia do Envelhecimento. In: Papaléo Netto M, organizador. Gerontologia: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada. São Paulo: Atheneu; 2000 . p.60.

COELHO, Almir Resende et al . Efeitos imediatos de um sistema de âncoras no limite de estabilidade de indivíduos com tontura crônica de origem vestibular periférica. **Braz. j. otorhinolaryngol.**, São Paulo , v. 83, n. 1, p. 3-9, Feb. 2017 .

COOKSEY, F. S. Rehabilitation in vestibular injuries. **Proc. Royal. Soc. Med.**, v. 39, p. 273-278, 1946.

GANANÇA, MM, Caovilla HH. Desequilíbrio e reequilíbrio. In: Ganança MM. **Vertigem tem cura?** São Paulo: Lemos Editorial 1998. p.13-9.

GANANÇA, FF, Castro OSA, Branco CF, Natour J. Interferência da tontura na qualidade de vida de pacientes com síndrome vestibular periférica. **Rev. Bras. Otorrinolaringol.** 2004;70(1):94-101.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KNOBEL KAB, Pfeilsticker LN, Stoler G, Sanches TG. Contribuição da reabilitação vestibular na melhora do zumbido: um resultado inesperado. **Rev. Bras. Otorrinolaringol** 2003;69(6):779-84

LANCA, Solange Martiliano et al . Equilíbrio corporal em idosos 12 meses após tratamento para VPPB. **Braz. j. otorhinolaryngol.**, São Paulo , v. 79, n. 1, p. 39-46, Feb. 2013 .

MANSO, Andréa; GANANCA, Mauricio Malavasi; CAOVIALLA, Heloisa Helena. Vestibular rehabilitation with visual stimuli in peripheral vestibular disorders. **Braz. j. otorhinolaryngol.**, São Paulo , v. 82, n. 2, p. 232-241, Apr. 2016 .

MIRALLAS, Natália Daniela Rezende et al. Avaliação e reabilitação vestibular no indivíduo idoso. **Rev. bras. geriatr. gerontol.**, Rio de Janeiro , v. 14, n. 4, p. 687-698, 2011 .

PERES, Magali; SILVEIRA, Elaine da. Efeito da reabilitação vestibular em idosos: quanto ao equilíbrio, qualidade de vida e percepção. **Ciênc. saúde coletiva.** Rio de Janeiro, v. 15, n. 6, p. 2805-2814, Sept. 2010.

RAMOS, LR. **A saúde do idoso no Brasil - uma visão clínico- epidemiológica.** 1997 (Tese - Livre-Docência) Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Medicina, São Paulo, 1997.

RAMOS, LR; SIMÕES EJ; ALBERT, MS. Dependence in activities of daily living and cognitive impairment strongly predicted mortality in older urban residents in Brazil: a 2 - year follow-up. **J Am Geriatr Soc.** v.49, n.9, p.1168-75, 2001.

RICCI, Na. et al., Sistemas sensoriais no equilíbrio corporal de idosos. **Arq. Bras. Ciênc. Saúde** 2009;34(2):94-100.

RIBEIRO, K.M.X.; TESTA, J.R.G., WECKX, L.L.; Labirintopatias na mulher. **Rev. Bras. Med.** 2000;57:1-5.

ROGATTO, Adriana Roberta Degressi et al . Proposta de um protocolo para reabilitação vestibular em vestibulopatias periféricas. **Fisioter. mov. (Impr.)**, Curitiba, v. 23, n. 1, p. 83-91, Março. 2010.

TAVARES, Flávia da Silva; SANTOS, Maria Francisca Colella dos; KNOBEL, Keila Alessandra Baraldi. Reabilitação vestibular em um hospital universitário. **Rev. Bras. Otorrinolaringol.**, São Paulo , v. 74, n. 2, p. 241-247, Apr. 2008 .

ZEIGELBOIM, Bianca Simone et al . Reabilitação vestibular com realidade virtual na ataxia espinocerebelar. **Audiol., Commun. Res.**, São Paulo , v. 18, n. 2, p. 143-147, June 2013.

¹Discente do curso de Fisioterapia da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos – alessandralopes93@hotmail.com

²Docente do curso de Fisioterapia da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos – marcelo.spiller@estacio.br

REABILITAÇÃO VESTIBULAR NA SINTOMATOLOGIA DE TONTURA E MARCHA EM GRUPOS DE IDOSOS

Giovanna Jorge Adas¹
Marcelo Grandini Spiller²

Com a melhoria das condições de saúde e avanços da medicina, a expectativa de vida humana aumentou de 50 para 74,5 anos no último século. Com este crescimento, o Brasil com aproximadamente 32 milhões de idosos, é o 6º país mais idoso do mundo. Apesar do envelhecimento compreender o ciclo natural de desenvolvimento, sabe-se que este favorece o aparecimento de doenças, como as alterações de origem vestibular. Tais alterações decorrem da assimetria da resposta labiríntica, seja pela estimulação excessiva ou pela hipoestimulação, e ocorrem normalmente com o aumento da idade. Esta variável, por sua vez, está associada a sintomas otoneurológicos, como vertigem, tontura, descoordenação motora e dificuldades na marcha com alteração no equilíbrio e consequente aumento de quedas, impactando negativamente a qualidade de vida. A vertigem refere-se à sensação de estar girando em torno do ambiente, sendo um sintoma inespecífico de sensação de movimento rotacional transitório descrito normalmente como tontura. Uma possibilidade de tratamento para o idoso com vertigem é a reabilitação vestibular (RV) que, ancorada em mecanismos de neuroplasticidade, atua na redução das dificuldades em realizar as atividades de vida diária e recuperação do bem-estar e qualidade de vida. Ademais, com a RV também é prevista a melhora da estabilidade estática e dinâmica nas situações de conflito sensorial durante os movimentos. Neste sentido, o presente estudo objetivou realizar uma revisão de literatura acerca da atuação fisioterapêutica nas principais intervenções da RV. Para tanto, foi realizado levantamento bibliográfico no período de 2007 a 2020 nas bases de dados BVS Saúde, PubMed e Science Direct. Foram utilizadas as palavras-chaves “reabilitação vestibular”, “tontura” e “marcha”, o que resultou na identificação de 322 trabalhos. Destes, 313 foram excluídos devido à duplicidade ou porque relatavam apenas a reabilitação vestibular de forma generalista não especificando déficits na marcha ocasionados por tonturas com possível relação às alterações vestibulares. Foram selecionados 9 artigos que contemplaram a RV na sintomatologia de tontura e marcha em grupo de idosos. Os resultados de literatura do período são unânimes ao afirmar que as intervenções fisioterapêuticas são importantes, uma vez que revelam evidências de efeitos positivos deste tratamento na atenção primária à saúde. A literatura publicada relata melhoras na marcha, tontura, controle postural, capacidade funcional e qualidade de vida dos praticantes de protocolos de RV, e reforçam a aceitabilidade de protocolos simples e personalizados de baixo custo para o tratamento dos pacientes com distúrbios vestibulares. Contudo, a literatura que trata da RV é escassa quando se filtra seus sintomas, contexto no qual sugere-se a realização de novos estudos a fim de esclarecer dúvidas relativas ao prognóstico frente à RV no âmbito de suas manifestações clínicas, comparação entre protocolos e instrumentos de avaliação e tempo necessário para evitar a recorrência da sintomatologia.

Palavras-chave: Reabilitação Vestibular; Tontura; Marcha.

Referências:

BERG, K. *et al.* Measuring balance in the elderly: preliminary development of an instrument. **Physiotherapy Canada**, Toronto, v.41, n.6, p.304-311, 1989.

BERG, K.; NORMAN, KE. Functional assessment of balance and gait. *In*: Studenski S (ed.). **Clinics in Geriatric Medicine: Gait and Balance Disorders**. Philadelphia: WB Saunders Company, 1996, p.705-24.

CASTRO, A. S. O., *et al.* Versão brasileira do Dizziness Handicap Inventory. **Pró-Fono Revista de Atualização Científica**, Barueri, v. 19, n. 1, p.97-104, jan.-abr. 2007.

CASTRO, A. S. O. **Dizziness handicap inventory: adaptação cultural para o português brasileiro, aplicação e reprodutibilidade e comparação com os resultados à vestibulometria**. 2003. 80 f. Tes

(Mestrado em Ciências da Reabilitação Neuromotora) – Departamento de Fisioterapia da Universidade Bandeirante de São Paulo, São Paulo.

CAWTHORNE, T. The physiological basis of head exercises. **J. Chart. Soc. Physiother.**, v. 30, p.106-107, 1944.

COELHO, A. R. *et al.* Severe dizziness related to postural instability, changes in gait and cognitive skills in patients with chronic peripheral vestibulopathy. **Int Arch Otorhinolaryngol.** v. 24, n. 1, p. 99-106, 2020.

COOKSEY, F. S. Rehabilitation in vestibular injuries. **Proc. Royal. Soc. Med.**, v. 39, p. 273-278, 1946.

FERREIRA, P. E. A. *et al.* Tinnitus handicap inventory: adaptação cultural para o Português Brasileiro. **Pró-Fono Revista de Atualização Científica**, Barueri, v. 17, n. 3, p. 303-310, 2005.

GANANÇA, M. M. *et al.* Vertigem Psicossomática. *In*: SILVA, M. L. G.; MUNHOZ, M. S. L.; GANANÇA, M. M.; CAOVILO, H. H. **Quadros clínicos otoneurológicos mais comuns**. São Paulo: Atheneu, 2000. p. 145-151. (Série otoneurológica, v. 3).

GILL-BODY, K. Current concepts in the management of patients with vestibular dysfunction. **PT Mag Phys Ther.** n.9, p.40-59, 2001.

HERDMAN, S. J. **Reabilitação vestibular**. 2 ed. São Paulo: Manole, 2002.

HERDMAN, S.J.; BLATT, P.; SHUBERT, M.C.; TUSA, R.J. Falls in patients with vestibular deficits. **Am J Otol**, Atlanta, v. 21, n. 6, p.847-51, 2000.

HORAK, FB. Clinical assessment of balance disorders. **Gait Posture**, n. 6, p.76-84, 1997.

MAIA, D. A. R. **Realidade virtual na reabilitação vestibular em idosos com tontura e instabilidade postural**. 2014. 100 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Reabilitação do Equilíbrio Corporal e Inclusão Social) – Universidade Anhangüera, São Paulo, 2014.

MAZORETTI, P. G.; GANANÇA, C. F.; CHIARI, B. M. Comparação de diferentes protocolos de reabilitação vestibular em pacientes com disfunções vestibulares periféricas. **J Soc Bras Fonoaudiol.** v. 23, n. 1, p. 44-50, 2011.

ROMERO, A. C. L. *et al.* Dizziness handicap inventory - em um grupo de pacientes submetidos a reabilitação vestibular personalizada. **Rev. CEFAC**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 792-800, 2015.

SCHNEIDER, R. H.; IRIGARAY, T. Q. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. **Estud. psicol.**, Campinas, v. 25, n. 4, p. 585-593, dez. 2008.

SILVA, A. L. S.; SILVA, M. A. G. O equilíbrio, a marcha e a eficácia da fisioterapia em pacientes idosos com disfunção vestibular. **Fisioterapia Brasil**, v. 8, n. 5, p. 347-352, 2007.

SOUZA, R. L. *et al.* Reabilitação vestibular e seu efeito no equilíbrio, na marcha e na qualidade de vida de pacientes com vertigem posicional paroxística benigna. **Neurociências**, v. 6, n.2, p. 101-107, 2010.

YARDLEY, L.; PUTMAN, J. Quantitative analysis of factors contributing to handicap and distress in vertiginous patients: a questionnaire study. **Clin Otolaryngol Allied Sci**, London, v. 17, n. 3, p.231-6, 1992.

ZANARDINI, F. H. *et al.* Reabilitação vestibular em idosos com tontura. **Pró-Fono Revista de Atualização Científica**, Barueri, v. 19, n. 2, p. 177-184, 2007.

ZEIGELBOIM, B. S. *et al.* Reabilitação vestibular no tratamento da tontura e do zumbido. **Rev. soc. bras. fonoaudiol.**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 226-232, 2008.

¹Discente do curso de Fisioterapia da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos – alessandralopes93@hotmail.com

²Docente do curso de Fisioterapia da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos – marcelo.spiller@estacio.br

ESPIRITUALIDADE E PERCEPÇÃO DA CAPACIDADE PARA O TRABALHO EM FUNCIONÁRIOS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Fabiana de Toledo Duarte ¹

Matheus Maia da Silva ²

Liandra Gabriela Galvão ³

Thamiris Costa de Lima ⁴

Tema geral e problema de pesquisa: Trabalhadores de todas as áreas são muito exigidos pela atual conformação do mercado. Diante de cenários cada vez mais complexos suas atividades exigem competências que permeiam entre autonomia, competitividade, participação, interação com sistemas e pessoas. Assim, esta organização baseada em metas e produtividade, resulta em novas formas de realizar, perceber e relacionar-se no seu trabalho. O ser humano tem se adaptado continuamente às novas demandas do mercado e a exigência mental está cada vez mais presente nos diversos ramos de atividades laborais, ainda que a ocupação tenha a exigência física como característica. Contudo trabalhador não é inerte aos acontecimentos e às exigências a ele impostas, estes têm influência direta sobre seu desempenho e qualidade de vida. A chegada da pandemia pelo COVID-19 impôs mudanças nas atividades desenvolvidas em todos os lugares do mundo. O cenário, envolvendo mortes em números alarmantes, causou clima de pânico devido à grande possibilidade de contaminação, gerou uma situação de maior estresse ao trabalhador (ALMEIDA, 2020). Assim, questiona-se se a espiritualidade ativa pode ter alguma influência na forma como o trabalhador percebe-se neste cenário.

Objetivos: Verificar a influência da espiritualidade ativa sobre a percepção da capacidade para o trabalho dos funcionários da área administrativa da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos-SP.

Referencial teórico: Define-se por trabalho o uso de forças humanas, de caráter físico ou mental, na realização de uma determinada tarefa ou empreendimento, não é apenas o local onde o indivíduo gera seu sustento e o de sua família, é também um lugar de convívio com outras pessoas em que, às vezes, o indivíduo passa mais tempo do que em seu lar. Para que essa tarefa ou empreendimento seja realizado sem o risco de acidentes, os trabalhadores devem estar em boas condições de saúde, físicas e mentais (BRISTOT, 2019). Dentre os trabalhadores de universidades o grupo que desempenha as atividades administrativas engloba ampla variedade de funções e áreas de formação e modos de atuação. Envolve cargos que exigem nível de escolaridade com educação básica até o nível superior (GODINHO et al., 2019). Estes são muito exigidos pela constante necessidade de acompanhar as mudanças na área educacional e pela especificidade de suas ações. Ao mesmo tempo, a produção frenética de informações sobre a pandemia gera desafios para a análise entre trabalhadores e, conseqüentemente, o enfrentamento tranquilo desta situação em seu ambiente laboral (HELIOTERIO et al., 2020). Em decorrência disso, as mudanças ocasionadas na rotina das pessoas como o isolamento social, as incertezas econômicas, e conseqüentemente o aumento do desemprego motivado pelos fechamentos das empresas, fortaleceu a crença na espiritualidade de modo que, para algumas pessoas a fé foi à base da sustentação e equilíbrio da força para superar quaisquer dificuldades. Deste modo o termo da espiritualidade passa a se tornar mais presente na vida do trabalhador, devido aos resultados positivos que ela pode proporcionar. A espiritualidade se refere a uma questão de natureza pessoal para a compreensão de respostas a questões fundamentais da vida (SILVA, 2008) e não se relaciona diretamente com religiosidade ou cultos.

Metodologia: Trata-se de uma pesquisa exploratória transversal quantitativa realizada em agosto de 2020 com os funcionários da área administrativa da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos-SP. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados o item 1 "...quantos pontos você daria para sua capacidade de trabalho atual" do Índice de Capacidade para o Trabalho que varia de 0 a 10 pontos e a Escala de Espiritualidade proposta por Pinto e Ribeiro (2007) cuja pontuação varia entre 0 e 20.

Resultados: Participaram da pesquisa 20 funcionários, dos quais 14 são mulheres, a faixa etária média de 33 anos. A média apontada para a percepção da capacidade para o trabalho foi 8,6 (+/-2) e a

espiritualidade foi 18,5 (+/- 4). A relação entre estas variáveis não foi estatisticamente significativa ($p=0,695$ Spearman) de modo que a espiritualidade ativa não tem relação com a percepção da capacidade para o trabalho.

Conclusões: A espiritualidade ativa não apresentou relação significativa com a percepção para a capacidade para o trabalho em tempos de pandemia entre os participantes deste estudo.

Palavras-chave: Pandemia; Saúde dos Trabalhadores; Espiritualidade; Avaliação da Capacidade de Trabalho

Referências

ALMEIDA, I. M. Proteção da saúde dos trabalhadores da saúde em tempos de COVID-19 e respostas à pandemia. **Rev. bras. saúde ocup.**, São Paulo, v. 45, e17, 2020.

GODONHO, M. R. et al. Apoio social no trabalho: um estudo de coorte com servidores de uma universidade pública. **Rev Bras Epidemiol.**; v.22: E190068, 2019.

HELIOTERIO, M. C. et al. COVID-19: por que a proteção da saúde dos trabalhadores e trabalhadoras da saúde é Prioritária no combate à pandemia? SciELOPreprints.664, 2020.

PASCCHOAL, T.; TAMAYO, A. Validação da Escala de Estresse no Trabalho. **Estudos de Psicologia.** v. 9, n.1, p. 42-52, 2004.

PINTO, C; RIBEIRO, J. L. P. Construção de Uma Escala de Avaliação da Espiritualidade em Contextos de Saúde. **Arquivos de Medicina**, v. 21, n. 2, p.47-53, 2007.

SILVA, R. R. Espiritualidade e religião no trabalho: possíveis implicações para o contexto organizacional. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 28, n. 4, p. 768-779, 2008.

¹ Discente da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos-SP - fabianatoledo088@gmail.com

² Discente da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos-SP - mathjeusuhull@hotmail.com

³ Discente da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos-SP - gabrielaliandra23@gmail.com

⁴ Discente da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos-SP - thamiriscostadelima0@gmail.com

INFLUÊNCIA DA FISIOTERAPIA LABORAL SOBRE ESTRESSE NO TRABALHO, SINTOMAS OSTEOMUSCULARES E SONOLÊNCIA EM FUNCIONÁRIOS DE UMA UBS DE OURINHOS/SP

Silvia Aparecida Velo¹

Theda Manetta da Cunha Suter²

Jessica dos Reis Maia³

Ricardo Aparecido da Silva⁴

Tema geral e problema de pesquisa: O trabalho não é apenas o local onde o indivíduo gera seu sustento e o de sua família, é também um lugar de convívio com outras pessoas em que, às vezes, o indivíduo passa mais tempo do que em seu lar. Trabalhar em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) pode ser plenamente satisfatório, ao se considerar o auxílio à população que busca por alívio de suas dores, conforto e bom atendimento. Contudo, também pode ser altamente estressante, causa de dores e alterações do sono quando as condições ambientais e a rotina de trabalho não favorecem o empregado. Neste sentido, a Fisioterapia Laboral tem sido apontada como recurso capaz de prevenir ou reverter esta situação pelos estudos de Manosso e colaboradores (2014), Freitas-Swerts; Robazzi (2014) e Ferreira e colaboradores (2019).

Objetivos: Verificar os efeitos da fisioterapia laboral sobre o estresse no trabalho, sintomas osteomusculares e sonolência excessiva diurna nos funcionários de uma UBS de Ourinhos/SP.

Referencial teórico: Define-se por trabalho o uso de forças humanas, de caráter físico ou mental, na realização de uma determinada tarefa ou empreendimento. Para que essa tarefa ou empreendimento seja realizado sem o risco de acidentes, os trabalhadores devem estar em boas condições de saúde, físicas e mentais (BRISTOT, 2019). Os trabalhadores da área da saúde são muito exigidos pela sua jornada de trabalho e pela especificidade de suas ações. Os riscos ocupacionais desses profissionais são acentuados por conviverem cotidianamente com situações de dor, estresse, sofrimento, o que pode contribuir para o declínio de sua qualidade de vida. (ANDRADE; ANDRADE; LEITE, 2015). Soratto e colaboradores (2017) em seus estudos sobre a insatisfação dos profissionais das UBSs apontaram que todos esses fatores estressantes que os profissionais de saúde convivem diariamente além de causarem alterações físicas e emocionais que aumentam a probabilidade do trabalhador adoecer e abster-se do ambiente corporativo, também interferem no processo de trabalho em saúde, seja ele com os pacientes ou com a equipe, e também na vida dos próprios profissionais. O estudo de Ribeiro e colaboradores (2012) aponta como meios de amenizar a insatisfação e conseqüentemente o estresse dos profissionais de saúde o uso de exercícios, música e relaxamento. Considerando que intervenção fisioterapêutica no ambiente de trabalho foi liberada pelo Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional em 2011, a pertinência do presente estudo está fundamentada (COFFITO, 2011).

Metodologia: Trata-se de um estudo de caso experimental quantitativo realizado de agosto a dezembro de 2019 com os funcionários da UBS Pacheco Chaves de Ourinhos-SP. O protocolo aplicado foi composto por aquecimento com mobilizações articulares, alongamentos gerais e fortalecimento de abdome e panturrilha era realizado duas vezes por semana com duração de 15 minutos num total de 40 sessões. Os funcionários foram avaliados por meio da Escala de Sono de Epworth; Escala de Estresse no Trabalho e do item últimos 7 dias do Questionário Nórdico de Sintomas Osteomusculares no início e ao final do estudo.

Resultados: Participaram da pesquisa 10 funcionários, com faixa etária média de 35 anos e 8 deles trabalhavam na UBS há mais de 1 ano. Quanto às dores osteomusculares inicialmente foram apontados pescoço, ombro, região torácica, região lombar e quadril como pontos de dor e o local de dor mais frequente foi o ombro, citado por 2 participantes. Na avaliação final pescoço, ombro e quadril não foram

mais apontados como locais de dor por 3 trabalhadores. Quanto ao estresse no trabalho houve redução de 0,03 pontos, variou de 1,65 para 1,62 na avaliação final. Em relação à sonolência excessiva diurna apurou-se neste estudo que a pontuação inicial dos participantes foi 8 pontos e a final de 8,1, porém, manteve-se o padrão de normalidade indicado pelo instrumento de avaliação.

Conclusões: Concluiu-se, portanto, que o protocolo aplicado foi benéfico para reduzir sintomas osteomusculares em pescoço, ombro e nos participantes deste estudo. Além disso, houve leve redução no nível de estresse no trabalho e manutenção no padrão de sonolência diurna. Uma limitação do estudo foi a amostra reduzida e por conveniência, de tal sorte, sugere-se ensaios clínicos randomizados para investigar o efeito da intervenção proposta nessa população. Considera-se que estes resultados, apesar de tímidos são valiosos, frente às condições precárias do sistema de saúde e à grande demanda de trabalho nas UBSs.

Palavras-chave: Fisioterapia; Saúde dos Trabalhadores; Dor Muscular; Transtornos da Sonolência Excessiva; Estresse Emocional

Referências

ANDRADE, K.O.; ANDRADE, P.O.; LEITE, L.F. Qualidade De Vida Dos Trabalhadores Da Área De Saúde: Revisão De Literatura. **Revista Científica do ITPAC**, v.8, n. 1, p 1-5, 2015.

BERTOLAZI, N.A. et al. Validação Da Escala De Sonolência De Epworth Em Português Para Uso No Brasil. **J Bras Pneumol**, v. 35, n. 9, p. 877-883, 2009.

BRISTOT, V.M. **Introdução À Engenharia De Segurança Do Trabalho**. Criciúma: UNESC Criciúma SC, p.10, 2019.

COFFITO. Resolução nº. 385/2011 – **Dispõe Sobre o Uso da Ginástica Laboral Pelo Fisioterapeuta e Dá Outras Providências**. Curitiba: OU nº.05, Seção 1, em 07/01/2011, p. 87, 2011.

FERREIRA, M.B. et al. Influência da Ginástica Laboral com base em exercícios de Pilates na Dor Osteomuscular e Qualidade do Sono: Estudo Controlado, Aleatório E Randomizado. **Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício**, v. 13, n. 87, p. 1131-1140, 2019.

FREITAS-SWERTS, F.C.T; ROBAZZI, M.L.C.C. Efeitos da ginástica laboral compensatória na redução do estresse ocupacional e dor osteomuscular. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v. 22, n. 4, p. 629-636, 2014.

MANOSSO, M.; LANFERDINI, F.J; DAL'AGNOL, M.J.; RONCADA, C.; DIAS, C.P. Comparação Dos Níveis de Estresse e Estilo de Vida Entre Praticantes e Não Praticantes de Ginástica Laboral. **R. Bras. Ci. e Mov**, v. 22, n. 2, p. 65-71, 2014.

PASCCHOAL, T.; TAMAYO, A. Validação da Escala de Estresse no Trabalho. **Estudos De Psicologia**, v. 9, n. 1, p. 42-52, 2004.

PINHEIRO, F.A.; TROCCOLI, B.T.; CARVALHO, C.V. Validação do Questionário Nórdico de Sintomas Osteomusculares Como Medida de Morbidade. **Rev. Saúde Pública**, v. 36, n. 3, p. 307-12, 2002.

RIBEIRO, R.P.; MARTINS, J.T.; MARZIALE, M.H.P.; ROBAZZI, M.L.C.C. O Adoecer Pelo Trabalho na Enfermagem: Uma Revisão Integrativa. **Rev Esc Enferm USP**, v. 46, n. 2, p. 495-504, 2012.

SORATTO, J. et al. Insatisfação No Trabalho de Profissionais da Saúde Na Estratégia Saúde Da Família. **Texto Contexto Enferm**, v. 26, n. 3, e2500016, 2017.

¹ Discente da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos-SP - silvia_apv@hotmail.com

² Docente do curso de Fisioterapia e coordenadora do curso de pós-graduação Traumatologia Ortopedia com Ênfase em Terapia Manual da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos-SP – suter.theda@estacio.br

³ Discente da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos-SP - jessymaiasz@gmail.com

⁴ Discente da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos-SP - riicardodasilva@gmail.com

PREVALÊNCIA DE ANORGASMIA EM JOVENS UNIVERSITÁRIAS

Yasminn da Silva Fernando ¹

Theda Manetta da Cunha Suter ²

Danielle Rodrigues Evangelista ³

Tema geral e problema de pesquisa: A saúde sexual promove nos adultos bem estar geral e qualidade de vida, proporcionando benefícios físicos e psicológicos e aumento da longevidade. A resposta sexual é controlada e equilibrada por uma interação entre sistema nervoso central e periférico constituído por fases, sendo que cada fase possui sua própria neurofisiologia. As disfunções sexuais também são conhecidas como transtornos ou distúrbios, caracterizados pela dificuldade ou impossibilidade do indivíduo realizar uma ou mais fases do ciclo da resposta sexual (BARACHO, 2012). A anorgasmia é a disfunção sexual que mais leva mulheres a um consultório de sexologia. Três em cada cinco mulheres queixam-se de dificuldades ou falta de orgasmo quando se consultam com especialista em sexualidade, sendo a anorgasmia primária é quando a mulher jamais experimentou um orgasmo nas relações sexuais, nem através da masturbação, anorgasmia secundária, quando ocorre depois de um certo tempo, geralmente decorrente de um trauma físico ou psíquico.

Objetivos: Identificar a prevalência de anorgasmia e dispareunia em jovens universitárias.

Referencial teórico: Segundo Cardozo e colaboradores (2020) a disfunção sexual, portanto, implica alguma alteração, em uma ou mais das fases do ciclo de resposta sexual, ou dor associada ao ato, o que se manifesta de forma persistente ou recorrente. Pode ser de causa primária (ao longo da vida) e secundária (adquirida), bem como entre disfunção generalizada (presente com qualquer parceria) e situacional (presente em determinadas circunstâncias e/ou parcerias). A mulher com disfunção orgásmica passa por todas as fases do ciclo sexual, mais não atinge o clímax da relação que é o orgasmo (GREGO et al, 2015). As mulheres podem fingir a presença do orgasmo como modo de defesa. Mantendo um prazer que não existe. Condição a qual precisa ser analisada, pois, ao negar a situação, a mulher está deixando de alcançar o orgasmo e assim dificultado o tratamento para essa disfunção (GREGO et al., 2015). As mulheres individualmente apresentam uma sensibilidade e ritmo exclusivos requerendo um tempo maior de estimulação para chegar ao orgasmo. As áreas de excitação das mulheres não são apenas nos órgãos genitais, mas também a nuca, os ombros, as mamas, as nádegas e a face interna das coxas costumam ser áreas que não devem ser esquecidas, pois as mesmas apresentam uma sensação prazerosa na relação. Visto que no clitóris há uma melhor resposta orgásmica e não se deve estimulá-lo quando a mulher não passou pela fase da excitação, pois isso pode causar dor e inibir o orgasmo (ANJOS; OLIVEIRA, 2007). Sendo assim, a anorgasmia pode ter causas orgânicas, psicológicas e físicas, como a fraqueza da musculatura do Assoalho Pélvico. As causas orgânicas são menos comum, qualquer doença ou trauma na vagina ou ações de medicamentos, acarretaria a inibição do orgasmo; a causa psicológica está relacionada a situação que a mulher assume perante a vida sexual do casal, o medo de ser abandonada, assumir papéis importantes dentro de casa e outros motivos podem piorar esse problema (MOURA; COSTA, 2006)

Metodologia: Trata-se de pesquisa transversal quantitativa realizada em julho de 2020. Foi utilizado o instrumento Female Sexual Function Index que contém 19 perguntas objetivas, referente a atividade sexual nas últimas quatro semanas, separadas por seis domínios: desejo, excitação, lubrificação, orgasmo, satisfação, desconforto/dor (dispareunia). Este questionário foi disponibilizado digitalmente pelo google forms e distribuído via WhatsApp para jovens universitárias de uma Instituição de Ensino Superior do interior de São Paulo. Esta pesquisa já está aprovada em Comitê de Ética em Pesquisa; as participantes concordaram em participar e terão suas identidades preservadas. Foram critérios de exclusão ter acima de 30 anos e não ter vida sexualmente ativa.

Resultados: A instituição onde a pesquisa foi realizada tem aproximadamente 1500 estudantes do sexo feminino contudo, somente 54 optaram por participar desde estudo por livre e espontânea vontade e destes, 3 questionários foram excluídos de acordo com os critérios da pesquisa. Observou-se que 33% (17) das participantes apresentam disfunção sexual de acordo com o instrumento de pesquisa e 43% (22) apresentam dor, ainda que leve ou esporádica, durante a relação sexual.

Conclusões: Concluiu-se, portanto, que anorgasmia e dispareunia estão presentes de forma considerável entre as participantes do estudo. Uma limitação do estudo foi a necessidade de disponibilizar os questionários de forma on-line devido à pandemia e isto pode ter contribuído para a baixa adesão das estudantes à pesquisa. Ainda, foi possível observar, mediante a baixa adesão, que a sexualidade ainda é um tema que causa desconforto, mesmo entre jovens universitárias

Palavras-chave: Anorgasmia; Disfunção sexual; Dispareunia; Sexualidade; Saúde da Mulher

Referências

ANJOS, G. P.; OLIVEIRA, C. **Epidemiologia de anorgasmia em mulheres sexualmente ativas na faixa etária entre 18 a 60 anos na Fundação Hospital Adriano Jorge na cidade de Manaus – AM.** Portal biocursos, Manaus, 2007.

BARACHO, E. **Fisioterapia aplicada à saúde da mulher.** 5. ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2012.

CARDOZO, et al. **Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito Centro de Ciências Jurídicas** - Universidade Federal da Paraíba v. 9 – n. 02 - Ano 2020.

GREGO, C.; SOUZA, J.F.; BERNAVA, P. **Prevalência da anorgasmia em universitária.** Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Americana, Americana, 2015.

MOURA, R. V. A.; COSTA, T. P. B. **AVALIAÇÃO DO GRAU DE FORÇA DO ASSOALHO PÉLVICO EM MULHERES QUE APRESENTAM ANORGASMIA SECUNDÁRIA.** 2006. 70 f. TCC (Graduação) - Curso de Fisioterapia, Universidade da Amazônia- Unama, Belém- Pa, 2006

¹ Discente da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos-SP - yasminn.fernandes@outlook.com

² Docente do curso de Fisioterapia e coordenadora do curso de pós-graduação Traumatologia Ortopedia com Ênfase em Terapia Manual da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos-SP – suter.theda@estacio.br

³ Docente da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos-SP - danievangelista243@hotmail.com



SEPESQ

Seminário de Extensão e Pesquisa



**3ª Semana Acadêmica da Faculdade
Estácio de Sá de Ourinhos**

**CIÊNCIAS HUMANAS
E EDUCAÇÃO**

PERCEPÇÃO DE PROFESSORES ESPECIALISTAS DO AEE SOBRE AS AULAS REMOTAS PARA ALUNOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Vanessa Aparecida Palermo Campos¹

Lilian Cristina Barbosa Pupo²

Uma educação comprometida com a cidadania e com a formação de uma sociedade democrática e não-excludente deve promover o convívio com a diversidade, pois essa é uma característica da vida social brasileira. Para isso, a escola inclusiva deverá ser uma meta buscada por todos os cidadãos comprometidos com o fortalecimento de uma sociedade democrática, justa e solidária. Por outro lado, para aqueles com deficiência, o convívio com os outros alunos é enriquecedor, pois permite uma inserção no universo social e favorece o desenvolvimento e a aprendizagem, possibilitando a formação de vínculos estimuladores, o confronto com a diferença e o trabalho com a própria dificuldade. Nesse sentido, a Educação Inclusiva assegura que os alunos frequentem classes comuns com colegas não deficientes da mesma faixa etária. Mas e quando o cenário atual não é o que esperamos? Vem uma pandemia, as escolas se fecham, tendo-se a impressão de que o mundo parou. E a vida tem essa habilidade de mostrar que o impensável e o improvável acontecem e que nossos horizontes de ação podem ser limitados. Frente a essa realidade nessa pesquisa, o objetivo é refletir a visão dos professores de Atendimento Educacional Especializado (AEE) sobre as aulas remotas para os alunos de inclusão frente ao cenário atual de pandemia. Para a coleta de dados, foi aplicado um questionário eletrônico, elaborado pela ferramenta Google Docs para 8 professoras que atuam com Atendimento Educacional Especializado- AEE, atuantes nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Ourinhos/SP. Percebemos que a visão das professoras especialistas sobre as aulas remotas em tempo de pandemia para alunos de inclusão ainda é falha com a falta de recursos e materiais pedagógicos adequados ao trabalho e apoio da família. Desta forma, percebemos, é essencial que a escola, os alunos e os professores se adaptem a essa realidade, acolhendo bem esses alunos, preparando materiais adequados a aprendizagem e se aperfeiçoando para que a inclusão seja de fato significativa e promotora de conhecimento e desenvolvimento para a vida do aluno incluso e não seja meramente mais uma forma de exclusão. Mesmo assim, acreditamos que a escola regular deve buscar receber e atender com qualidade todos os alunos, independente das características que possam apresentar. Ela é o espaço educacional que deve ser usufruído por todos. Os alunos não devem ser deixados de “fora da escola” e mais do que isso, não devem mais ser segregados em espaços escolares diferenciados ou mesmo excluídos dentro da classe comum ou remotamente. O princípio fundamental desta política é de que o sistema regular deve atender a diversidade do alunado, isto é, todos os que se encontram excluídos, frequentadores da escola, mesmo que virtualmente. Espera-se que os resultados contribuam para ampliar o debate e a reflexão sobre as aulas remotas.

Palavras-Chave: Aulas Remotas; Alunos; Inclusão; AEE; Pandemia

Referências

DENARI, F. Um (novo) olhar sobre a formação do professor de educação especial: da segregação à inclusão. *Inclusão e educação: doze olhares sobre a Educação Inclusiva*. São Paulo: Summus, p. 35-63, 2006.

FERNANDES, P. Políticas de educação especial em Portugal: uma análise a partir de um quadro de referência europeu. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 35, n. 2, p. 201-211, July-Dec, 2013.

GONZÁLES, E. *Necessidades educacionais específicas: intervenção psicoeducacional*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Ordem do discurso (A)*. Edições Loyola, 1996.

FUMEGALLI, Rita de Cássia de Ávila. Inclusão escolar: O desafio de uma educação para todos? Ijuí, RS. 2012

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 1996.

MITTLER, Peter. Educação Inclusiva: contextos sociais: Porto Alegre: Artmed, 2003

MANTOAN, M. Caminhos pedagógicos da inclusão. Brasília: Dina livro. 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér et al. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, v. 1, 2010.

MAZZOTTA, Marcos José. Identidade dos alunos com necessidades educacionais especiais no contexto da política educacional brasileira. Movimento – revista de educação, n.07, 2003.

NÓVOA, A. Formação de professores e trabalho pedagógico. Lisboa: Educa, 1997.

OLIVEIRA, F.M. G. S. As salas de recurso como apoio pedagógico especializado à educação escolar do deficiente mental. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação – UFMS.

ROSS, P. R. Pressupostos da integração: Integração frente à realidade educacional. Anais do III Congresso Ibero-Americano de Educação Especial, volume 3. Foz do Iguaçu – PR: Qualidade, 1998.

SACRISTÁN, Gimeno; GÓMEZ, AI Pérez. Compreender e transformar o ensino-4. Artmed Editora, 2009.

SILVA, Denise dos Santos Vasconcelos; SOUSA, Francisco Cavalcante de. DIREITO À EDUCAÇÃO IGUALITÁRIA E(M) TEMPOS DE PANDEMIA: desafios, possibilidades e perspectivas no brasil. Revista Jurídica Luso-Brasileira, Lisboa, v. 4, n. 6, p. 961-979, 04 ago. 2020. Disponível em: https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2020/4/2020_04_0961_0979.pdf. Acesso em: 13 set. 2020.

¹ Tradutor Intérprete de Libras da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos/SP – va_palermo@hotmail.com

² Discente do curso de Pedagogia da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos/SP - lilianlibras88@gmail.com

POPULAÇÃO IDOSA NO BRASIL: OS DIREITOS AO CONVÍVIO FAMILIAR E À MOBILIDADE NOS ESPAÇOS URBANOS

DOMINGOS, Sara Baldaço¹

MANSINHO, Alexandre Quirino²

CIENA, Fabiana Polican³

O trabalho considera o tema de pesquisa das obrigações fundadas nas relações de afeto e tem o objetivo de identificar o idoso como um ser dotado de capacidade própria, sendo portanto sujeito de diversos direitos; entre eles os do convívio familiar e o da mobilidade nos logradouros públicos e demais ambientes urbanos. Quando se fala em convívio familiar, é importante pensar que o indivíduo idoso era, até algumas décadas atrás, nada mais que um ser “decorativo” dentro da família: alguém que não tinha mais vontades e que não tinha nenhuma autonomia – atualmente, com o aumento considerável da expectativa de vida, aquele que era “decorativo” passou a ser dinâmico e, dessa forma, passou a exigir da família uma postura diferenciada. Considera como questão de pesquisa a efetividade da autonomia do idoso na sociedade atual, tema de atual relevância jurídica e social. Trabalha com a hipótese de não efetividade do aparato legal em prol da autonomia do idoso. Como início de estudos, nota-se que a afetividade faz parte do convívio humano desde o nascimento até a velhice, de modo que, todos os seres são constituídos por relações socioafetivas. Por outro lado, no tocante ao direito da mobilidade, é justo compreender a pessoa idosa como um indivíduo de mobilidade reduzida e, portanto, carente de alterações arquitetônicas nos logradouros públicos e ambientes de convívio comunitário que possam garantir-lhe o respeito ao direito de se locomover conforme sua própria vontade, sem que eventuais barreiras arquitetônicas venham a impedir esse exercício. A pesquisa bibliográfica e documental considera a fase inicial de fichamentos e discussões sobre as obrigações fundadas nas relações de afeto, especialmente relacionando o direito do idoso e o direito à cidade, refletindo o cenário pós-pandemia e sua necessária força educativa em espaços para além dos muros escolares. As reflexões utilizadas têm por base a Lei nº10741/2003 - Estatuto do Idoso; a Lei nº 13.105/2015 - Código de Processo Civil; A Declaração Universal dos Direitos Humanos; e dois artigos: “El Daño Al “Proyecto De Vida” Em La Jurisprudencia De La Corte Interramericana De Derechos Humanos” do autor Carlos Fernández Sessarego; “O Envelhecimento e a Capacidade de Tomada De Decisão: Aspectos Jurídicos De Proteção Ao Idoso” de Iadya Gama Maio. Discorre também sobre a tomada de decisão apoiada, instituto inserido no Código Civil pela Lei nº13.146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência, como um modelo alternativo e inovador ao da curatela, e a possibilidade de sua aplicação para além da simples e definitiva interdição, sendo um auxílio para a autonomia das pessoas idosas. Como resultados provisórios são apresentados as garantias internacionais e nacionais de direito dos idosos e direito à cidade, embora ainda em fase de investigação sua efetividade num cenário pós-pandemia.

Palavras-chave: População Idosa. Obrigações. Autonomia.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Eveline de Figueiredo Brito. Responsabilidade civil por abandono afetivo: a problemática em torno da compensação. Brasil Escola. Disponível em: <<http://monografias.brasilescola.com/direito/responsabilidade-civil-abandono-afetivoproblematica-torno-compensacao.html>>. Acesso em: 02 ago. 2020.

BRASIL. Código Civil (2002). Código Civil. **Diário Oficial da União**. Brasília, 11 jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 02 ago. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**. Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%3%A7ao.htm>. Acesso em: 02 ago. 2020.

Brasil, Leis. "Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil." *Diário Oficial da União* 51 (2015).

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 03 out. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm>. Acesso em: 02 ago. 2020.

ESTATUTO, DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. "Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>." Acesso em: 02 ago.2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro; 2009. 152 p. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_sociosaude/2009/indicsaude.pdf>. Acesso em 15 ago. 2014.

PORTUGAL, M. E. G; LOYOLA, E. A. T. MOBILIDADE URBANA ADEQUADA PARA OS IDOSOS: UMA IMPORTANTE QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA, v. 10, p. 26-34. 2014.

¹ Discente do curso de Direito da FAESO. sara-baldaso@hotmail.com

² Discente do curso de Direito da FAESO. amansinho@bol.com.br

³ Docente do curso de Direito da FAESO. fabiana.ciena@estacio.br

OS NOVOS MODELOS LEGAIS INSERIDOS NA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS FAMILIARES COMO FERRAMENTA DE AMPLO ACESSO À JUSTIÇA

ANGÉLICA APARECIDA SIMÃO¹

JOÃO PEDRO SOARES DE ARRUDA DOS REIS²

JOSÉ RICARDO SUTER³

A Lei 13.140/2015, representa o marco legal para o processo de mediação em âmbito nacional, nela são pontuadas características importantes de como vem a ser efetivada a mediação em face da resolução de litígios, o que corrobora para sua aceitação social e ampla extensão. Dá-se, portanto, a importância desta em favor do exercício do direito familiar, já que na referida lei, são classificados os principais pontos da mediação. Além de caracterizar a figura dos envolvidos, o texto da lei efetiva legislativamente todo o processo de mediação. Nesse sentido, a Lei 13.140/2015, comumente apresentada como lei de mediação, a disciplina enquanto auto composição, com enfoque na aplicação frente a situação conflituosa. Ao inferir-se no âmbito das ações de família, ramo do Direito em que se verifica uma maior relevância do assunto entre as partes, o Novo Código de Processo Civil frisa bastante a questão de despender esforços para a resolução consensual, é o que se verifica no artigo 694, da Lei nº 13.105/2015. Deste modo, a partir da leitura do dispositivo supracitado, percebe-se, que o escopo do texto legal, é que os aplicadores do direito deverão sempre almejar a resolução dos conflitos pelo meio consensual. Extrai-se ainda, que a continuidade do processo pela via judicial deverá ser vista como uma exceção, apenas quando esgotados os meios alternativos necessários. A Constituição Federal, em seu artigo 5º, XXXV, dispõe que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;”, trazendo tal pretensão como um direito fundamental, e para que tal direito seja tutelado, não basta o simples acesso ao judiciário, vez que este não se trata de garantia real para a obtenção de qualquer direito, mas sim, a garantia e proteção de tais direitos em sua plenitude, por meio de ferramentas que possibilitem sua proteção. O processo de mediação é fundamentalmente uma via de acesso à justiça, sendo por esta, findados diversas situações conflitantes, visto ser estabelecido os procedimentos que embasam o processo de mediação, onde são meios efetivos e menos burocráticos, sem intermédio do Judiciário, para a obtenção de uma solução, principalmente em conflitos familiares. O Direito por excelência tem como função a manutenção da pacificação social, e neste cenário, a mediação vem a corroborar, como sendo um meio de resolução de diversas inconformidades, um mecanismo efetivo e capaz de relativizar o conflito através do diálogo, e com menor burocratização, conceder aos envolvidos neste, o adequado acesso à justiça. Para tanto, tem-se como objetivo trazer à tona parâmetros legislativos que venham a validar o processo de diálogo entre os litigantes, dentro da estruturação jurídica que se efetivam através da mediação. Nesse sentido, esta pesquisa, por meio do método dedutivo, apropria-se de material bibliográfico, demonstrando a acuidade da mediação dentro da legislação vigente, e se utilizará para tanto, artigos, livros, pesquisa em web, de materiais que elucidem o tema de maneira clara e objetiva. Em consequente, os resultados encontrados na legislação vigente, análises doutrinárias e jurisprudenciais, e no campo fático do direito de família acerca da mediação de conflitos, são que, por se tratar de um procedimento informal, e com fundamento na oralidade, permite a solução recíproca entre as partes. À vista disso, o que se reflete ao observar a mediação como meio alternativo de resolução de conflitos familiares com uma ótica mais humanitária e menos rigorosa, é muito além disto, de toda sorte, trata-se do meio necessário para a pacificação dos conflitos deste cunho. Ao final, pode-se concluir que o processo de mediação no âmbito familiar, é mecanismo eficiente quanto ao pleno acesso à justiça e a resolução destes conflitos, o que viabiliza o exercício do direito subjetivo de ação, consagrado em base constitucional, para conquistar a merecida justiça.

Palavras-chave: Mediação; Acesso à justiça; Lei 13.140/2015; Direito de família.

Referências

BREITMAN, Stella; PORTO, Alice C. **Mediação familiar: uma intervenção em busca da paz.** Porto Alegre: Criação Humana, 2001.

BRASIL. Lei nº 13.105/2015. **Presidência da República Secretária-geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos**, de 16 de março de 2015. **Código de Processo Civil.** D.O.U. DE 17/03/2015, P. 1 Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm> Acesso em: 05/06/2020.

Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015. Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei no 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto no 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei no 9.469, de 10 de julho de 1997. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2015.

Lei nº 13.140/2015, de 26 de junho de 2015. Lei da Mediação. Disponível em:<<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/203030325/lei-13140-15>> Acesso em:

LUCHIARI, Valeria Ferioli Lagrasta. **Mediação Judicial:** Análise da realidade brasileira – origem e evolução até a Resolução n. 125, do Conselho Nacional de Justiça. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

PASQUALIN, Roberto. **Mediação na administração pública é alternativa para o Estado.** Publicado em: 09 de out de 2015. Disponível em:< <https://www.jota.info/mediacao-na-administracao-publicaealternativa%20paraoestado> >. Acesso em: 01/07/2020.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Direito processual civil contemporâneo.** Teoria Geral do Processo. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. vol. 1.

SUTER, José Ricardo. **Mediação no Direito de família: gestão democrática de conflitos.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

¹ ANGÉLICA APARECIDA SIMÃO Discente do curso de Direito da Faculdade Estácio de Ourinhos – SP – aas.angel@icloud.com

² JOÃO PEDRO SOARES DE ARRUDA DOS REIS Discente do curso de Direito da Faculdade Estácio de Ourinhos – SP jpsouares.arruda@gmail.com

³ JOSÉ RICARDO SUTER Docente da Faculdade Estácio de Ourinhos – SP – ricardosuter@gmail.com

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO PÓS-PANDEMIA

Aline Agda Correa Cavatoni¹

Daniela Elesbão Civiero Hisamura²

Fabiana Polican Ciena³

Esta pesquisa analisa o financiamento do direito humano à educação e sua efetividade no pós-pandemia. O presente estudo, em fase inicial de fichamentos e discussão, verificou garantias internacionais e internas de efetivação do direito humano à educação, com enfoque no financiamento da educação. A metodologia de pesquisa ocorrerá por revisão de forma legislativa, bibliográfica, documental e jurisprudencial, utilizando técnicas de investigação teórica (conceituais e normativas) mescladas a técnicas de investigação empírica (pesquisa-ação). Com a análise dos dados, pretende-se demonstrar que, apesar de garantias internas e externas, o Brasil não aplica adequadamente essas garantias para efetivar o direito humano à educação, especialmente o custo aluno qualidade, precarizando a qualidade do serviço de utilidade pública, o que deve ser aprimorado no momento pós-pandemia. Sendo uma proposta inicial de pesquisa no direito educacional, não há pretensão de esgotar o tema, estando ainda em fase de fichamentos e análise de dados, não existindo ainda resultados conclusivos. Como referenciais teóricos a pesquisa funda-se internacional e nacionalmente, em Hannah Arendt e Daniel Cara. ARENDT apresenta a necessidade de educar por dois fatos muito importantes: 1) AUTORIDADE – para dizer ao educando como é o mundo no qual ele se insere; 2) RESPEITO PELA TRADIÇÃO – necessidade de obediência a certos costumes do mundo já existente. Para que essa transformação seja possível, é preciso entender seu funcionamento e o texto aborda que a crise na educação, além de ser um fato político, deve-se ao fato de haver uma quebra no respeito pela autoridade de quem ensina e a falta de interesse pela tradição transmitida aos que aprendem. Uma crítica apontada por Arendt (1957) aborda a questão da responsabilidade como um atributo da autoridade cujo papel é ensinar e faz uma distinção bastante clara quanto a qualificação necessária ao profissional incumbido de transmitir seus conhecimentos. Nela, é apresentada a ideia de que um professor pode ser bastante qualificado, conhecedor da disciplina e mesmo assim não conseguir exercer autoridade. Há garantia constitucional de educação com qualidade. Um dos objetivos fundamentais da Constituição Federal é a educação. Em meio a uma pandemia global, há a necessidade de uma análise profunda sobre cada série escolar e seus respectivos alunos. Durante a pandemia foi preciso aperfeiçoar o ensino à distância, descobrindo a utilidade abrangente da tecnologia, combinada com a participação efetiva da família, criando uma unidade sólida com a escola. Os professores puderam desenvolver aulas com discursos, debates, mapas mentais, vídeos, jogos, trabalhos, resumos, entre outros recursos, diversificando a aula e com atenção ao tempo de exposição do aluno à tela, para não prejudicar a saúde de ambos. Há perdas de conteúdo, principalmente no Ensino Fundamental I, mesmo com todos os esforços conjuntos: Estado, família e escola. Houve a necessidade por parte do Estado de repensar os investimentos para Educação pós-pandemia até o momento sem uma vacina totalmente aprovada, como por exemplo o revezamento de turmas, contratação de mais profissionais e salas disponíveis se apresentam como opções necessárias para evitar aglomerações. Para um futuro próximo, com a situação do COVID-19 controlado ou eliminado do nosso cotidiano, uma forma interativa, social e ideal de retorno às aulas para recuperar aos poucos o conteúdo seria o ensino integral, trazendo segurança aos pais que por sua vez, precisariam voltar ao trabalho. O financiamento do direito à educação para todos, sem distinção, é primordial ao desenvolvimento pessoal, social e no mundo, inclusive para a economia. Com a análise dos dados e discussão, por momento, demonstram-se resultados provisórios, quais sejam, de que, apesar de garantias internas e externas, o Brasil não aplica adequadamente essas garantias para efetivar o direito humano à educação, especialmente o custo

aluno qualidade, precarizando a qualidade do serviço de utilidade pública. Sendo uma proposta inicial de pesquisa nodireito educacional, não há pretensão de esgotar o tema, estando ainda em fase de fichamentos e análise de dados, não existindo ainda resultados conclusivos. Mas, considerando o momento pós-pandemia em análise, tem-se por hipótese que a efetiva qualidade de educação pós-pandemia necessitará de maior, inovador e efetivo financiamento da educação.

Palavras-chave: Financiamento; Educação; Pós-pandemia.

REFERENCIAS

CARA, Daniel. **O Custo Aluno-Qualidade Inicial como proposta de justiça federativa no PNE: Um primeiro passo rumo à educação pública de qualidade no Brasil.** *Jornal de Políticas Educacionais*. N. 16. Julho-Dezembro de 2014. p. 75-91.

DUARTE, Clarice Seixas. **A educação como um direito fundamental de natureza social.** *Educ. Soc.*, Campinas, v. 28, n. 100, p. 691-713, Oct. 2007.

ARENDT, Hannah. **A crise na Educação.** *New York: Partisan Review* 25, 4, 1957. p. 493-513.

PINTO, José Marcelino Rezende; ALVES, Thiago. **Quem serão os potenciais ingressantes na educação básica brasileira com a ampliação da obrigatoriedade escolar?** *Federalismo e políticas educacionais na efetivação do direito à educação no Brasil / organizadores: Andréa Barbosa Gouveia, José Marcelino Rezende Pinto, Paulo Roberto Corbucci.* – Brasília : Ipea, 2011. p. 127-150.

¹ Discente do curso de Direito da Universidade Estácio de Sá – Ourinhos – SP aline.cavatoni@gmail.com

² Discente do curso de Direito da Universidade Estácio de Sá – Ourinhos – SP. danielesbaociviero@gmail.com

³ Docente no Curso de Direito da Universidade Estácio de Sá – Ourinhos – SP - fabiana.ciena@estacio.br

AS PRÁTICAS DE ENSINO HÍBRIDO NO CURSO DE DIREITO NO PERÍODO PÓS-PANDEMIA

Priscila Vandrea Camargo Duarte¹

Fabiana Polican Ciena²

José Ricardo Suter³

A presente pesquisa busca discutir, as práticas de Ensino Híbrido e as Metodologias Ativas no Curso de Direito no período Pós-Pandemia, tendo como embasamento teórico: Moran; Horn e Staker; Bacich, Tanzi Neto e Trevisani; Bergmann e Sams; Duarte que trazem contribuições nesse contexto. Durante as pesquisas com os referidos autores foi possível identificar que o uso das metodologias ativas trazem aporte para o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos. Sendo que o enfoque será o uso de ferramentas on-line e presenciais que tragam à tona o protagonismo do aluno no processo de ensino que é personalizado e centrado no aluno, tal estudo também dá ênfase a relação entre as dificuldades enfrentadas e o uso de experiências integradas que possibilitem o avanço do aprendizado, seja por meio de experiências individuais ou em grupo, trazendo uma nova postura do professor, com modelos disruptivos e integrados, práticas e modelos invertidos. Procura ainda refletir sobre a formação inicial e continuada de professores baseada na reflexão Schön; Zeichner e Cunha, bem como a necessidade da referida formação para uma atuação docente em diversos campos educativos exercendo a prática da pesquisa, rompendo a dicotomia entre teoria e prática, de forma a ampliar a concepção de mundo e de atuação profissional, tendo em vista o rompimento de barreiras impostas pelo ensino tradicional transformando a sala de aula e, conseqüentemente, a resolução de problemas com vistas a melhoria da qualidade do ensino. Tendo como pergunta de pesquisa: Como o Ensino Híbrido e as Metodologias podem contribuir para a formação dos bacharéis em Direito. A metodologia utilizada é hipotética dedutiva, por meio de estudos exploratórios, documentais e bibliográficos. Tendo como objetivo da pesquisa demonstrar que as metodologias ativas e o Ensino Híbrido constituem-se um mecanismo eficaz na formação dos profissionais do Direito. Dessa forma, a pesquisa examina ainda a urgência da formação dos professores atuantes no universo pós-pandemia superando a racionalidade técnica que ainda prevalece no sistema educacional para a prevalência da formação de professores reflexivos e críticos que reclamam os dias atuais no universo para que ainda sejam protagonistas de seu próprio crescimento e desenvolvimento, permeando a racionalidade prática – para a reflexão-na-ação trazida por Nóvoa. Nesse contexto, a tecnologia torna-se aliada e o ensino personalizado e a aprendizagem baseada em competências definidas por Horn e Staker. Faz-se necessário ainda ressaltar que toda aprendizagem é ativa de alguma forma, para tanto, a motivação é instrumento essencial descrito para Moran para atingir os objetivos de aprendizado o que os profissionais do Direito podem evidenciar no Núcleo de Práticas Jurídicas e demais espaços e estratégias de ensino adotadas. Até o momento, o resultado preliminar da pesquisa é que as estratégias de Ensino Híbrido constituem-se um mecanismo de relevância a formação graduandos.

Palavras-chave: Ensino Híbrido; Metodologias Ativas; Pós-Pandemia.

Referências

BACICH, Lilian; MORAN, José. **Aprender e ensinar com foco na educação híbrida.**

Revista Pátio, nº 25, junho, 2015, p. 45-47. Disponível em: <<http://www.grupoa.com.br/revista-patio/artigo/11551/aprender-e-ensinar-com-foco-na-educacao-hibrida.aspx>>. Acesso em: 15 mai 2018.

BACICH, L.; TANZI NETO, A. e TREVISANI, F. de M. **Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.

BERGMANN, Jonathan; SAMS, Aaron. **Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. Ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. PNE/Ministério da Educação. Brasília, DF: INEP, 2001.

BRITO, A. E. Formar professores: discutindo o trabalho e os saberes docentes. In: MENDES SOBRINHO, J. A. de C.; CARVALHO, M. A. de (Org.). **Formação de professores e práticas docentes: olhares contemporâneos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DUARTE, Priscila Vandrea Camargo. **Plataforma Khan Academy**: Uma análise de suas Potencialidades na visão de Professores do Ensino Fundamental I de um município do interior de São Paulo. 2018. 129f. Mestrado Profissional em Educação. [Universidade Federal de São Carlos], São Carlos.

HORN, M. B.; STAKER, H. **Blended**: usando a inovação disruptiva para aprimorar a educação. Porto Alegre: Penso, 2015.

MORGAN, K. R. (2002). **Blended learning**: A strategic action plan for a new campus. Seminole. University of Central Florida.

NÓVOA, Antonio. **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote; Instituto de Inovação Educacional, 1995.

SCHÖN, Donald. A. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A (Coord.) **Os professores e sua formação**. Lisboa: D. Quixote, 1992.

SELLTIZ, C.; JAHODA, M.; DEUTSCH, M. e COOK, S. M. **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo: Herder/EDUSP, 1965

ZEICHNER, Kenneth M. **A formação reflexiva de professores: Ideias e Práticas**. Lisboa: EDUCA, 1993.

¹ Discente do curso de Direito da da Universidade Estácio de Sá – Ourinhos – SP. duarthe.priscila@gmail.com

² Docente no Curso de Direito da Universidade Estácio de Sá – Ourinhos – SP - fabiana.ciena@estacio.br

³ Docente e Coordenador do Curso de Direito da Universidade Estácio de Sá – Ourinhos – SP – ricardo.suter@estacio.br



SEPESQ

Seminário de Extensão e Pesquisa



**3ª Semana Acadêmica da Faculdade
Estácio de Sá de Ourinhos**

ENGENHARIA

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DE PILARES DE CONCRETO ARMADO COM FUROS E ESPAÇOS VAZIOS SUBMETIDOS A COMPRESSÃO

Isabella Maciel da Silva¹
Víctor Zômpero Ortolan²

Tema geral e problema de pesquisa

O cálculo de uma estrutura de concreto armado tem como objetivo garantir estabilidade, conforto e durabilidade. É sabido que os furos em peças estruturais só podem ser realizados após estudos de profissionais da área, porém eles acontecem em função de diversos motivos, por exemplo, fazer furos nos elementos estruturais para atravessar qualquer tipo de material seja elétrico, hidráulico ou para ampliações da edificação, muitos desses profissionais não sabem que furar estruturas de concreto armado é extremamente perigoso. Quando nos referimos aos pilares, qualquer furo ou área não preenchida pelo concreto ocasiona diversos problemas, entre eles a perda de área de seção e o descobrimento da armadura o que pode vir a ocasionar o colapso da estrutura, seja ele instantâneo ou não, comprometendo a ocupação da mesma. Com a realização de pesquisas e experimentos em laboratório utilizando principalmente como parâmetro as normas, ABNT NBR 6118:2014 - Projeto de Estruturas de Concreto e ABNT NBR 5738:2015 – Concreto - Procedimento para moldagem de corpos de prova, conseguimos relacionar a perda de seção do pilar com a perda de resistência do mesmo. A maioria das obras são realizadas em concreto armado, assim dando ainda mais importância ao projeto.

Objetivo

O objetivo do projeto é estudar os pilares de concreto armado com furos e espaços vazios e tudo que envolve sua composição como o traço de concreto e a armadura de aço, seguindo as normas.

Metodologia

A ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) possui normas de padronização para assegurar a resistência do concreto utilizado em peças estruturais.

Utilizamos o método de ensaio à compressão de corpo de prova pela ABNT NBR 5738:2015.

- Primeiramente uma amostra de concreto é introduzida num corpo de prova cilíndrico de 10x20cm;
- Após completar 24 horas de moldagem, essa amostra será colocada dentro de um tanque de cura saturado com hidróxido de cálcio ou em uma sala climatizada com umidade acima de 95% conforme a NBR 5738;
- Aos 28 dias de idade essa amostra será submetida ao ensaio de resistência à compressão;
- A amostra é colocada numa prensa e recebe uma carga graduada até alcançar o seu limite máximo de resistência;
- O valor obtido na prensa é dividido pela área do topo da amostra, em cm²;
- Resultando na resistência em kgf/cm²;
- O valor em kgf/cm² é dividido por 10,19172 para chegarmos na resistência em Mpa.

O concreto feito em betoneira é colocado nos moldes cilíndricos, alguns desses moldes tem em seu centro um isopor de tamanho 3cmX3cm para o estudo com espaços vazios, e alguns desses receberam um furo no seu centro para o estudo de furos em pilares de concreto armado.

Resultados

Foi realizado o estudo comparativo dos corpos de provas feitos seguindo as normas e sem nenhuma alteração, entre corpos de provas produzidos para simular vazios e furos em estruturas de pilares de concreto armado. Os resultados mostraram que os corpos de prova com alteração em sua estrutura perderam parte de sua área da seção que era responsável por resistir as cargas de compressão.

Em um exemplo real, quando um pilar perde parte de sua resistência a compressão, ele sobrecarrega os outros pilares da estrutura, o que ocasiona em um colapso, fazendo a construção desabar.

Conclusões

Conforme análise das condições estudadas, conclui-se que não é seguro fazer furos em pilares de concreto armado, pois qualquer perda da área da seção compromete o pilar, o qual é um elemento estrutural de grande importância em todas as edificações, o que pode levá-lo a um colapso fazendo com que toda a estrutura desabe, assim não só dando prejuízos financeiros como principalmente perda de vidas.

Palavras-chave: Estrutura; Colapso; Área de seção.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6118:2014-Projetos de estruturas de concreto. Rio de Janeiro, ABNT.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 5738:2015- Procedimentos para moldagem e cura de corpos de prova. Rio de Janeiro, ABNT.

MARCHETTI, Osvaldemar; BOTELHO, Manoel H.C. Concreto armado Eu te amo (volume 1): 8.ed: Blucher,2015.

GARCIA, Amauri; SPIM, Jaime A.; SANTOS, Carlos A. **Ensaio dos materiais**: 2.ed: LTC- Livros Técnicos e Científicos Editora,2012.

WATANABE, Roberto M. Pilares comprimidos,2016. Disponível em:
<<http://www.ebanataw.com.br/roberto/concreto/conc7a.htm>>. Acesso em: 08 maio.

¹Discente do curso de Engenharia Civil da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos – bellamaciel2@gmail.com

²Docente do curso de Engenharia Civil da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos – ortolan.victor@estacio.br

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DE PILARES DE CONCRETO ARMADO COM FUROS E ESPAÇOS VAZIOS SUBMETIDOS A COMPRESSÃO

Isabella Maciel da Silva¹
Víctor Zômpero Ortolan²

Tema geral e problema de pesquisa

O cálculo de uma estrutura de concreto armado tem como objetivo garantir estabilidade, conforto e durabilidade. É sabido que os furos em peças estruturais só podem ser realizados após estudos de profissionais da área, porém eles acontecem em função de diversos motivos, por exemplo, fazer furos nos elementos estruturais para atravessar qualquer tipo de material seja elétrico, hidráulico ou para ampliações da edificação, muitos desses profissionais não sabem que furar estruturas de concreto armado é extremamente perigoso. Quando nos referimos aos pilares, qualquer furo ou área não preenchida pelo concreto ocasiona diversos problemas, entre eles a perda de área de seção e o descobrimento da armadura o que pode vir a ocasionar o colapso da estrutura, seja ele instantâneo ou não, comprometendo a ocupação da mesma. Com a realização de pesquisas e experimentos em laboratório utilizando principalmente como parâmetro as normas, ABNT NBR 6118:2014 - Projeto de Estruturas de Concreto e ABNT NBR 5738:2015 – Concreto - Procedimento para moldagem de corpos de prova, conseguimos relacionar a perda de seção do pilar com a perda de resistência do mesmo. A maioria das obras são realizadas em concreto armado, assim dando ainda mais importância ao projeto.

Objetivo

O objetivo do projeto é estudar os pilares de concreto armado com furos e espaços vazios e tudo que envolve sua composição como o traço de concreto e a armadura de aço, seguindo as normas.

Metodologia

A ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) possui normas de padronização para assegurar a resistência do concreto utilizado em peças estruturais.

Utilizamos o método de ensaio à compressão de corpo de prova pela ABNT NBR 5738:2015.

- Primeiramente uma amostra de concreto é introduzida num corpo de prova cilíndrico de 10x20cm;
- Após completar 24 horas de moldagem, essa amostra será colocada dentro de um tanque de cura saturado com hidróxido de cálcio ou em uma sala climatizada com umidade acima de 95% conforme a NBR 5738;
- Aos 28 dias de idade essa amostra será submetida ao ensaio de resistência à compressão;
- A amostra é colocada numa prensa e recebe uma carga graduada até alcançar o seu limite máximo de resistência;
- O valor obtido na prensa é dividido pela área do topo da amostra, em cm^2 ;
- Resultando na resistência em kgf/cm^2 ;
- O valor em kgf/cm^2 é dividido por 10,19172 para chegarmos na resistência em Mpa.

O concreto feito em betoneira é colocado nos moldes cilíndricos, alguns desses moldes tem em seu centro um isopor de tamanho 3cmX3cm para o estudo com espaços vazios, e alguns desses receberam um furo no seu centro para o estudo de furos em pilares de concreto armado.

Resultados

Foi realizado o estudo comparativo dos corpos de provas feitos seguindo as normas e sem nenhuma alteração, entre corpos de provas produzidos para simular vazios e furos em estruturas de pilares de concreto armado. Os resultados mostraram que os corpos de prova com alteração em sua estrutura perderam parte de sua área da seção que era responsável por resistir as cargas de compressão. Em um exemplo real, quando um pilar perde parte de sua resistência a compressão, ele sobrecarrega os outros pilares da estrutura, o que ocasiona em um colapso, fazendo a construção desabar.

Conclusões

Anais do I Seminário de Extensão e Pesquisa e III Semana Acadêmica FAESO - 2020

Conforme análise das condições estudadas, conclui-se que não é seguro fazer furos em pilares de concreto armado, pois qualquer perda da área da seção compromete o pilar, o qual é um elemento estrutural de grande importância em todas as edificações, o que pode levá-lo a um colapso fazendo com que toda a estrutura desabe, assim não só dando prejuízos financeiros como principalmente perda de vidas.

Palavras-chave: Estrutura; Colapso; Área de seção.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6118:2014-Projetos de estruturas de concreto. Rio de Janeiro, ABNT.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 5738:2015- Procedimentos para moldagem e cura de corpos de prova. Rio de Janeiro, ABNT.

MARCHETTI, Osvaldemar; BOTELHO, Manoel H.C. Concreto armado Eu te amo (volume 1): 8.ed: Blucher,2015.

GARCIA, Amauri; SPIM, Jaime A.; SANTOS, Carlos A. Ensaios dos materiais: 2.ed: LTC- Livros Técnicos e Científicos Editora,2012.

WATANABE, Roberto M. Pilares comprimidos,2016. Disponível em:
<<http://www.ebanataw.com.br/roberto/concreto/conc7a.htm>>. Acesso em: 08 maio.

¹Discente do curso de Engenharia Civil da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos – bellamaciel2@gmail.com

²Docente do curso de Engenharia Civil da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos – ortolan.victor@estacio.br